



MAÇONARIA, IMPRENSA E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX (1900-1930)

Cleonildo de Souza Barbosa

AESA-CESA

cleonildoszbarbosa@gmail.com

Augusto César Acioly Paz Silva

AESA-CESA

augusto.silva@aesa-cesa.br

RESUMO: O presente texto tem como finalidade, discutir no contexto republicano do início do século XX, qual o lugar e o papel desempenhado pela maçonaria, procurando desta forma repensar a maneira como a historiografia tem discutido este tema de estudo, no qual em várias dimensões tem sido compreendida, como uma instituição que no contexto republicano e, ao longo do século XX, não tinha tido ação política. Tese em grande medida, referendada por Sergio Buarque de Holanda, em texto clássico sobre a Maçonaria e o positivismo. Tal perspectiva discutida pelo historiador paulista, tem sido repensada, uma vez que temos a atuação maçônica no cenário público e defendendo perspectivas e atuação política, através de diversas estratégias, dentre elas, o campo da imprensa constitui-se num dos seus principais campos de enfrentamento, em muitos casos, apresentando bandeiras clássicas, ancoradas em princípios liberais e de enfrentamento à intolerância religiosa, ou pensando dimensões que pensam as raízes das desigualdades sociais e o papel que a educação possui neste enfrentamento. Diante, deste conjunto de questões, o nosso texto, procurou discutir a atuação política, tendo como horizonte a imprensa e de quais formas as ideias produzidas pelos maçons circularam e, constituía-se numa forma de atuar e destacar a importância da maçonaria no cenário republicano nas décadas iniciais do século XX, de 1900-1930, desconstruindo a perspectiva de que tal instituição havia desaparecido do cenário público e da discussão política no Brasil e Pernambuco.

Palavras-chave: Maçonaria, imprensa, circulação de ideias, período republicanos.

A “NOVA” IMPRENSA MAÇÔNICA

Após a instauração do regime republicano ao final do século XIX, a Maçonaria pernambucana adentrou em um processo de reorganização diante da nova conjuntura vivenciada naquele momento. Com a extinção do Grande Oriente ao Norte do País, algumas lojas do estado outrora desaparecidas ressurgem, e com isso, a maçonaria passa a novamente estabelecer espaços de discussão acerca do novo regime e as questões surgidas a partir do mesmo. Diferenciando-se em certa medida da atuação política exercida durante o período imperial, a instituição buscou adotar “novas” posturas e formas de atuação na sociedade, visando direcionar-se para os diversos campos nos quais estas questões estavam situadas (Silva, 2022). Um dos principais campos que seguiu sendo foco de discussões no início do século XX foi a relação conflituosa entre a maçonaria e a igreja católica que já vinha desenvolvendo-se ao longo do século XIX, principalmente diante da Questão Religiosa.

Com as reformas e influência ultramontana sob o clero brasileiro a partir da segunda metade do século XIX, a tensão entre as instituições se intensificou, na medida que “[...] o ultramontanismo do século XIX colocou-se, não apenas numa posição a favor de uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado, mas também contra uma série de coisas que eram consideradas erradas e perigosas para a igreja” (Vieira, 1980, p. 33). Os “perigos” que preocupavam os ultramontanos, referiam-se de modo geral aos “erros modernos” como por exemplo o progresso, o racionalismo, o liberalismo, a tolerância religiosa, princípios tão caros à modernidade como ressalta Mansur Barata (1999), e que estavam intrinsicamente ligados à Maçonaria. A aversão da igreja diante da modernidade e da Maçonaria dava-se, pois, as ideias defendidas por estas ameaçavam a hegemonia do poder eclesiástico sob a sociedade, contestando os males da influência da igreja ao progresso humano, defendendo assim, a secularização da sociedade (Barata, 1999; Silva, 2022). Esta emancipação seria concretizada com a chegada da república e a separação entre Igreja e Estado, ou ao menos deveria ter sido.

Tavares (2006) ao pensar a posição da igreja no contexto republicano, destaca que por mais que a laicização do Estado tenha gerado revolta na elite eclesiástica, o reconhecimento governamental em relação a Igreja enquanto uma instituição que ainda poderia ser útil para atuar em prol do regime, gerou um clima de acomodação, fazendo com que a mesma não desaparecesse do panorama político republicano. Ou seja, por mais que o Estado tivesse se tornado laico, e o catolicismo enquanto não mais religião oficial tivesse obrigado a igreja a assumir uma atuação mais autônoma, a continuidade da influência da Igreja diante do novo regime no decorrer do início da república prova a não concretização plena da emancipação entre Estado e Igreja.

Não é objetivo de nosso estudo aprofundar-se neste embate entre Maçonaria e Igreja católica, em razão da significativa produção bibliográfica já existente acerca da temática. No entanto, julgamos necessário esta contextualização prévia tendo em vista que estes precedentes que cercaram a maçonaria ao longo do século XIX, e nas décadas finais onde “[...] ela se transformou em palco de debates entre as diversas concepções sobre o propósito de sua atividade na sociedade brasileira, evidenciando seus limites e as suas especificidades como organização” (Barata, 1999, p. 68), influenciaram diretamente o cenário de

discussão no início do século XX, contando com os intelectuais maçons e os intelectuais católicos, dando continuidade ao embate em um diferente espaço de discussão (Silva, 2022).

Como mencionado anteriormente, a partir do processo de reorganização da instituição, a Maçonaria pernambucana procurou encontrar diferentes formas de posicionar-se e atuar diante das questões advindas com a chegada do novo regime. Uma destas “novas” posturas adotadas pela Maçonaria pernambucana foi a utilização da imprensa como um meio de atuação, no qual a mesma desenvolveu um espaço fértil e promissor para a circulação de ideias e informações. A nossa cautela em categorizar a adoção da imprensa pela Maçonaria em Pernambuco como uma novidade, deve-se ao fato de que a experiência da utilização da imprensa pela Maçonaria brasileira antecede o nosso recorte temporal. Gonçalves (2015) em seu estudo, aponta uma atuação significativa da imprensa maçônica durante o período imperial. Ele observa que

[...] apesar da existência de alguns folhetos panfletários a partir da primeira metade do século XIX, foi somente na década de 1870 que surgiram os primeiros órgãos de imprensa de propriedade dos Grandes Orientes, voltados para um público amplo, mas específico. Os seus principais interlocutores eram os maçons e os seus simpatizantes, apesar dos seus inimigos, especialmente os católicos de orientação ultramontana, também contarem com um espaço privilegiado nessas publicações (Gonçalves, 2015, p. 59).

Mediante a afirmação de Gonçalves e os apontamentos feitos em sua pesquisa, ficou claro que já no século XIX, principalmente em sua segunda metade, a maçonaria já vinha adotando a imprensa como uma forma de se posicionar nos espaços de debates, utilizando as páginas de seus periódicos como meio de intervenção na sociedade. “Indo além, da circulação e da divulgação de ideias, os jornais maçônicos representaram espaços privilegiados para as disputas políticas e ideológicas existentes no seio da Corte imperial brasileira” (Gonçalves, 2015, p. 61). Vale destacar, todavia, que tal atuação parece ter tido suas limitações, seja pela especificidade de seu público como destacado por Gonçalves, ou pela própria limitação do potencial de circulação dos periódicos na época, algo que estava em desenvolvimento.

Em Pernambuco, a atuação da imprensa maçônica também remete à segunda metade do século XIX. Silva (2022, pp. 56-57), ao apontar alguns dos periódicos maçônicos que circularam neste período, destaca a vida irregular que os mesmos tiveram, tendo um curto tempo de circulação, como é o caso dos periódicos a Família Universal, que conta apenas com 4 números, tendo sido extinto em 1872, e o Livre Pensador, que iniciou sua publicação em junho de 1877 e finalizou sua atividade em setembro do mesmo ano.

Diante do exposto, nota-se como a imprensa já vinha sendo utilizada de forma significativa pela Maçonaria como meio de informação e divulgação de ideias antes mesmo da instauração do regime republicano. Surgindo assim, o questionamento de se é correto afirmar a adoção dessa prática nas décadas iniciais do século XX como algo novo. A nossa abordagem acerca dessa questão compreende que sim, a postura da maçonaria diante da imprensa é nova pois a própria imprensa maçônica que se desenvolve durante este período é nova. Nova, pois, abrange inovação tanto em quesitos técnicos, em termos organizacionais, com ampliação de alcance, divulgação e circulação, como também em quesitos da atuação política e social ligada diretamente com o contexto e sua historicidade.

Um dos periódicos que podemos considerar como um “primeiro representante” desta nova imprensa maçônica em Pernambuco, é o jornal O Oriente, que se destaca diante dos outros que mencionamos recentemente, por possuir um maior período de publicação, tendo sido publicado ao decorrer de aproximadamente dois anos entre 1898 e 1900. Além da maior duração de sua atividade, o jornal O Oriente se destaca por assumir uma identidade estritamente maçônica, isto é, o jornal se compromete em ser um periódico oficial da maçonaria pernambucana expressando em suas páginas as questões e interesses ligados a ordem. O que lhe ressalta em relação ao Livre Pensador por exemplo, que por mais que trouxesse ideias ligada a Maçonaria em suas páginas, não exatamente se colocava diretamente ligado a instituição (Silva, 2022).

É necessário observar ainda que, o que caracteriza o Oriente enquanto um periódico próximo a nova imprensa, não é exatamente o fato dele se posicionar enquanto periódico ligado à Maçonaria, (tendo em vista que já haviam periódicos ditos como oficiais da instituição ao longo do século XIX), e sim o conteúdo e a abordagem presente em suas publicações dando destaque e abertura para uma maior variedade de questões situadas e influenciadas diretamente pelo contexto vivenciado pela instituição.

Enquanto o Oriente mostra-se como uma das primeiras experiências próximas à nova imprensa maçônica, o Archivo Maçônico, revista publicada entre 1906 e 1913, pode ser considerada um dos principais representantes da mesma. Na medida que, ao longo de todo seu período de existência as suas publicações foram marcadas por discussões e informações referentes tanto ao âmbito interno da organização, no que se refere a figuras importantes da ordem, dinâmicas e questões da esfera interior das lojas, como também ao mundo profano, isto é, a circulação de ideias e posturas da maçonaria diante das questões da esfera pública. O diferencial do Archivo maçônico está na sua estruturação e posicionamento enquanto veículo de imprensa. A forma como suas colunas e redatores se colocam diante das questões ressaltam um sutil amadurecimento da imprensa maçônica enquanto um meio de informação. Mas o que realmente destaca a revista é sua forte postura enquanto meio de comunicação (no sentido apresentado por Barros (2021) fazendo com que a mesma seja uma fonte rica em detalhes do contexto político-ideológico no qual a Maçonaria estava situada naquele momento.

Essa imprensa maçônica que passa a circular em Pernambuco a partir do início do século XX se torna não apenas um conjunto de meios de circulação de informações, mas sim, uma das principais alternativas de ação da Maçonaria. “Atuando ao mesmo tempo como porta-voz do discurso maçônico e espaços de discussão política, os jornais e meios impressos publicados pela maçonaria serviam como meio, através do qual a instituição tentava popularizar-se e combater os temores e concepções forjadas sob ela [...]” (Silva, 2022, p. 54). Dentre um dos principais meios forjadores destas concepções, é possível destacar a Tribuna Religiosa, órgão de imprensa ligado à diocese de Olinda que iniciou sua circulação também no ano de 1906, no qual o discurso acerca do caráter conspiratório da Maçonaria se tornaria tema recorrente em suas páginas (.

Diante deste cenário, tornou-se comum também a resposta às acusações veiculadas pela Tribuna nas edições do Archivo Maçônico, como é possível observar no artigo da sessão intitulada “Notas á margem”, sob autoria de Manoel Arão:

A Tribuna religiosa acaba de pôr a descoberto uma grande e dupla novidade, tanto ou quanto atemorizadora para uma certa classe de almas ingênuas que costumam receber a senha e o santo no confissionário: que a maçonaria é uma fonte de conspirações políticas ou seja, com quer um escriptor archaico que ella acaba de desenterrar da idade da pedra lascada e que declara possuir uma quantidade de documentos que mostram a seita (sic) dirigindo administrações políticas, creando blocos, dictando leis e formando ministérios; e que tambem apesar da declaração formal da seita, que nada tem a maçonaria com a religião podendo ser maçons os catholicos, os protestantes, is judeus etc., desde o seu principio essa mesma maçonaria combate o catholicismo, o papado e as ordens religiosas. E conclúe perguntando triumphantemente: não será isto política? E não será imiscuir-se em religião? (Arão, 1908, p. 5)

O artigo busca questionar as afirmações feitas pela Tribuna religiosa, que de acordo com a denúncia do autor do texto, estava se apropriando de aspectos específicos da doutrina maçônica como uma forma de justificar o caráter conspiratório da instituição enquanto interventora na sociedade, nota-se um tom de ironia na escrita do Manoel Arão (aspecto quase que caricato de seus artigos na revista) que ao destacar a conclusão feita pelo órgão de imprensa diocesano termina por descredibilizá-la. E ao dar continuidade no artigo, Arão destaca ainda os recursos discursivos que estariam por trás das acusações, “A *Tribuna* usa e abusa da sybilina linguagem dogmática e é preciso entendel-a, onde ella quer pôr os pontos nos ii” (Arão, 1908, p. 5). As observações feitas por Arão no artigo, além de apontar as “armas” empregadas pelo discurso vinculado pela Tribuna, aborda a relação da maçonaria com a religião, tendo em vista que uma das concepções que era constantemente imposta a maçonaria era a desta enquanto uma instituição atéia, que teria como objetivo “destruir crenças alheias”. Ele problematiza, “[...] é curioso o modo de argumentar: eles dizem *religião*, no sentido absoluto de catholicismo; o *clero*, na falsa acepção de representante do divino mestre; e os dogmas como revelações exclusivas da verdade” (Arão, 1908, pp. 5-6). O apontamento destaca uma das questões que também se categorizou enquanto alvo de discussão da Maçonaria, uma vez que o absolutismo religioso da doutrina católica ia de forma contrária ao princípio de liberdade religiosa defendido pela instituição que permitia a ingressão dos indivíduos sem restrição a seu credo. Por fim, conclui: “Como prova disto, pôde o sr. Bispo de Olinda tirar a *prova dos nove*: decrete a exclusão dos maçons, de todas as irmandades religiosas que sustentam o culto catholico no Recife – e espere o baque formidável...” (Arão, 1908, p. 7). A afirmação de Manoel Arão utilizada para concluir o artigo sugere uma participação ampla de maçons católicos no Recife, deixando assim, suspensas as afirmações em relação ao caráter antirreligioso da Maçonaria.

Além do debate acerca da religião, apesar de este não ficar totalmente de fora, outro dos temas que marcou o cenário intelectual não apenas de Pernambuco, mas em todo o território nacional no decorrer das primeiras décadas do século XX, foi o regime republicano, mais especificamente algumas observações acerca da efetivação do mesmo. Em artigo intitulado “Democracia e republica”, assinado por Dr. Ferrer, observava-se que

Para muitos, a palavra *republica* tem algo de magica e faz brotar a democracia com suas vantagens e beneficios, garantindo a todos o pleno exercício de liberdades publicas e privadas. Falar em *republica* é dizer: eleição livre, verdade financeira, igual distribuição de impostos, progresso econômico, leis protectoras de direitos. Infelizmente, ocorre enorme distancia entre o desejo e a realidade ! Si a monarchia tem tyrannizado, tem aniquilado vidas e direitos, a republica tambem tem o feito e talvez em maior escala. (Ferrer, 1911, p. 29).

A partir da afirmação feita pelo autor, o artigo buscava observar a situação vivenciada pelos países da América, dando enfoque nas questões que marcavam o cenário de instabilidade na experiência

republicana, denunciando a fragilidade da democracia em sua efetivação, e o cenário destacado não deixava o Brasil de fora. Apesar de publicado em 1911, já próximo dos últimos anos de circulação da revista, a observação feita no artigo: “Infelizmente, ocorre enorme distancia entre o desejo e a realidade!” (Ferrer, 1911, p. 29), consegue traduzir a discussão que foi feita no *Archivo Maçonico* desde as suas primeiras publicações. As questões voltadas para o tema da república estavam marcadas por um tom de denúncia, diversas práticas como a intolerância religiosa, o ensino laico e a efetiva laicização dos demais setores ligados ao Estado eram recorrentes nos artigos da revista, e apresentavam a preocupação do setor Maçônico com o cenário político vivenciado pelo país (Archivo, 1906-1913).

O *Archivo* encerrou a sua circulação em 1913 no nº 86, após 8 anos de publicação. As razões para o fim das atividades da revista de acordo com Nascimento (1975, p. 193) se deu devido a “dificuldades materiais e financeiras”, o que é compreensível, levando em consideração os constantes apelos para a quitação de dívidas por parte dos assinantes. A postura da imprensa maçônica diante das questões da sociedade, no entanto, não acabou junto com a atividade do *Archivo Maçônico*.

A IMPRENSA MAÇÔNICA NA DÉCADA DE TRINTA

O jornal *Archote*, por exemplo, órgão de imprensa que se colocava enquanto representante da loja maçônica Cavaleiro da Luz localizada no Recife, circulou na década de 1930. E apesar de possuir uma publicação irregular, também se configura enquanto um importante meio pelo qual os intelectuais maçons buscaram expressar suas ideias e estabelecer um espaço de influência diante das questões que norteavam a Maçonaria pernambucana naquele momento. Ao iniciar sua circulação “[...] a partir das discussões ensejadas pelos conflitos que se estabeleceram entre as críticas promovidas por um conjunto de lojas, dentre elas, a Cavaleiro da Luz, tendo como alvo o Grande Oriente do estado e a sua pouca atuação com relação à defesa do caráter laico do estado” (Silva, 2018, p. 481-482), as aspirações do órgão se expressavam pela sua própria denominação, pois buscava

[...] constituir-se numa tocha luminosa e iluminadora, no sentido de espantar e combater as trevas propiciadas pelo obscurantismo religioso promovido pela intelectualidade católica de Pernambuco, através dos seus espaços de proposição de ideias, fossem eles os altares ou a imprensa (Silva, 2018, p. 482).

É possível observar no *Archote* uma clara continuidade do debate envolvendo a religião, que ao se propor enquanto combatente do obscurantismo religioso, revela a permanência da contestação da hegemonia da influência clerical sob a sociedade. É curioso que, em meio ao cenário no qual a edição do periódico foi publicada, como destacado anteriormente, a questão que norteava a discussão era a preocupação em relação a efetivação do Estado Laico, discussão que também foi constantemente apontada nas páginas do *Archivo Maçonico* e que quase duas décadas depois seguia sem avanços concretos. Ressalta-se ainda, que uma das questões apontadas não era unicamente a laicidade do Estado, mas também a indignação dos maçons recifenses diante da postura negligente do Grande Oriente de Pernambuco (*Archote*, 1932, p. 1).

Em meio a este cenário, os artigos publicados na edição a qual tivemos contato tecem duras críticas ao catolicismo. Como nota-se a seguir, no texto intitulado “a confissão”:

Analysae as religiões, uma por uma, compare-as e verificareis que, de todas as religiões das civilizadas, a que da mais ampla liberdade para o mal é a religião romana. E é fácil de apreender isso imediatamente, seu largo raciocínio e sem buscarmos as bases da maldade, em que ella se fundou. Sabeis que pela “confissão” a criatura deposita no confessionário todo o enredo de suas misérias Moraes, Espirituaes e phisicas, e ahi obtem as penitencias e as indulgências, digamos, o perdão de todo o seu mal proceder. O sacco que havia levado para o templo, cheio de suas ignominias ou de sua simples contravenção a moral christã, esvaiou-se vindo para fora, assim vasto, a encher-se novamente. Indugências são comparadas directa ou indirectamente. O direito de peccar é livre só há para os pecadores o dever de contar aos padres as suas faltas publicas ou privadas. Santa ingenuidade! Até quando reinaes entre as mulheres de minha terra? Século XX! Até quando guardaes esse atrazo inconcebível? E ainda há criaturas humanas, inteligentes por suposto, que se confessam e a quem: admitamos que não façam a padres devassos, mas sim a vistuosos prelados e de uma moral irreprehensivel (A. T., 1932, p. 3).

Observa-se na escrita do artigo uma clara utilização da ironia da prática da confissão, tão cara à religião cristã. No entanto, apesar da ironia, a crítica que buscou ser vinculada se encontra muito clara. O redator do artigo que não se apresenta de fato, utilizando o pseudônimo “A. T.”, problematiza a prática da confissão vendo esta como uma brecha para o pecado: “O direito de peccar é livre, só há para os pecadores o dever de contar aos padres as suas faltas públicas ou privadas. Santa ingenuidade! (A.T., 1932, p. 3). Além da questão confessional, o autor ainda aponta a hipocrisia presente nessa prática, ao refletir acerca do fato de não haver justificativa plausível que coloque o padre acima do homem, e ainda este conceda o perdão.

Outro artigo apresentado pelo Archote, intitulado “comentários oportunos” (Archote, 1932, p. 4), chama a atenção para o texto publicado pelo Diário de Pernambuco na edição do dia 31 de março de 1932. De acordo com o relato, na edição do Diário, em sessão denominada vida religiosa, eram destacadas algumas das ações de disseminação da doutrina cristã pelo segmento católico, mencionando os padres seculares em localidades diversas, os missionários em regiões estrangeiras (usando a África e o Oriente como exemplo) e o apostolado das moças católicas. O texto ainda cita os desafios de perseguição e morte que os missionários poderiam enfrentar, o que sugeria uma ideia de admiração diante dos esforços empregados. O artigo do Archote por outro lado, após a apresentação do texto publicado no Diário de Pernambuco, fazia a exposição de que “[...] não se limita a catequese de que fala o jornalista de sotaina ou leigo transvestido de jornalista aqueles meios usados outrora” (Archote, 1932, p. 4). Após tal afirmação, o articulador aponta outros meios nos quais tais ações se faziam presente, como por exemplo “pelo centro e os subúrbios da cidade”, os “bondes de trafego ordinário”, o “trabalho nos lares” e as reuniões organizadas pelas instituições. O discurso presente no artigo direcionava um ar de suspeita em relação a propagação do catolicismo da forma pela qual estava se dando, sugerindo uma subversão por trás de tal movimento.

Nota-se a partir dos artigos do Archote, um caráter denunciativo em frente ao cenário vivenciado tanto pela maçonaria pernambucana, quanto pela igreja. Fortemente marcado por um caráter anticlerical, o Archote se constituiu enquanto um meio de ação política, no qual, parcela dos maçons preocupados com a questão da laicidade do Estado buscaram sair em defesa dos princípios liberais defendidos pela Maçonaria. Vale observar ainda, como destacado por Silva (2018, p. 487), que apesar da presença de ideias como tolerância e laicidade no discurso maçônico, “[...] seus argumentos também eram carregados de

preconceitos contra o catolicismo, utilizando-se, muitas vezes, das mesmas estratégias discursivas de que eles eram alvo contra os representantes da igreja católica”, a exemplo da atribuição da ideia de complô e dominação por trás de suas atividades (Archivo, 1908; Archote, 1932; Silva, 2022).

A imprensa maçônica, porém, não limitou suas discussões à dimensão religiosa. Situado também na década de 30, tendo circulado no interior do estado na cidade de Garanhuns, intitulado O Mensageiro, órgão patrocinado pela Loja Maçônica Mensageiros do bem, “[...] não centrou sua munção nos representantes da hierarquia ou da militância católica; outro foi o seu alvo principal: os integralistas” (Silva, 2018, p. 487). Apesar de apresentar discussões diversificadas em suas publicações, como as notícias referentes ao cotidiano da cidade de Garanhuns e ao campo político, a discussão acerca do integralismo se sobressai pelo contexto vivenciado em Pernambuco, tendo em vista que a década de 30 foi marcada pela expansão do movimento, principalmente pelo interior do estado, e inclusive estabelecendo espaço na imprensa. Exemplo da cidade de Garanhuns o órgão denominado “A razão” vinculado ao integralismo, e que também foi palco de críticas a Maçonaria, e a cidade de Arcoverde com o jornal intitulado “O Amigo do Matuto” que apesar de não se vincular diretamente com o integralismo, constantemente se faziam presentes artigos vinculados ao assunto em suas publicações.

A postura adotada pelo Mensageiro caracteriza-se por um claro tom de denúncia diante da propagação das ideias integralistas não só na cidade de Garanhuns, mas no âmbito nacional. O também conhecido como “fascismo brasileiro”, dentre todos os seus ideais iníquos, se encontrava em contraposição a Maçonaria principalmente pelas ideias totalitárias que entravam em atrito com o ideário liberal que norteava a dimensão política da ordem maçônica. Neste contexto, tornou-se comum na cidade de Garanhuns a vinculação de ideias antimaçônicas propagadas pelo jornal A razão, e a resposta desses discursos pelo jornal O Mensageiro.

Em dois artigos publicados na edição de 15 de maio de 1937, assinados sob o pseudônimo “O Vigilante” é possível observar a preocupação do articulista em esclarecer algumas das vinculações que estavam sendo feitas e criticar o movimento integralista. Com o título “Para Pensar”, o primeiro artigo é construído a partir da argumentação de que a maçonaria e sua posição enquanto defensora da liberdade, aspecto que consiste em um dos princípios de seu credo, seria a razão pela a qual a instituição se tornou alvo de perseguições por parte dos regimes nazista e comunista, regimes que o autor destaca serem constituídos na expressão mais elaborada da ditadura e tirania, aspectos combatidos pela Maçonaria. A proposta do autor do texto, além de expressar a história da luta maçônica contra a tirania ao longo de sua história, objetivava principalmente refletir o cenário vigente, destacando a semelhança entre todas as figuras ditatoriais, buscando apresentar as motivações pelas quais a maçonaria era combatida pelo “futuro” ditador Plínio, chefe do movimento integralista (Vigilante, 1937, p. 1). O segundo artigo intitulado “teimosa”, por sua vez, buscava responder a argumentação feita por uma jornalista do órgão A razão, a qual, de acordo com o Vigilante, estava baseado em inverdades, pois vinculava os maçons ao ateísmo e a propagação do comunismo. O redator do artigo contra-argumentou a partir da observação de que tal afirmação desconsiderava o fato de que diversos indivíduos religiosos faziam parte da instituição. A argumentação utilizada pelo vigilante consistia na mesma utilizada por Manoel Arão: afirmar a participação

dos sujeitos de religiões diversificadas na ordem como uma forma de invalidar o caráter ateísta que lhe era atribuído. Por fim, após buscar desconstruir a concepção apresentada pela argumentação da jornalista, o vigilante finaliza o artigo ironizando o movimento integralista e seu líder pela construção e difusão de visões anti maçônicas, e o descreve como um “arremedo ridículo dos partidos totalitários europeus” (Vigilante, 1937, p. 4).

O caso da imprensa maçônica em Garanhuns representada pelo órgão O Mensageiro expressa uma disputa política significativa, que se entrelaça entre o combate ao integralismo com base nos princípios dos ideais defendidos pela maçonaria, e a defesa dos interesses da própria. Observa-se mediante os artigos analisados, que em meio a distribuição de críticas ao movimento integralista há um esforço na busca por desconstruir as concepções que eram forjadas no seio da esfera pública, e que gerava nas pessoas a sensação de aversão e desconfiança em relação à instituição. O êxito desses esforços não se pode dizer que foram alcançados, levando em consideração que tais concepções seguiram sendo reproduzidas, outras concepções surgiram, e até os dias atuais ainda há um senso comum relacionado ao caráter conspiratório da Maçonaria.

A IMPRENSA ENQUANTO FONTE HISTÓRICA

Em razão do que foi exposto até o momento, é possível compreender que o conjunto documental de impressos produzidos pela Maçonaria em meio ao contexto no qual buscamos aqui abordar, possui grandes possibilidades de contribuir para a historiografia. Tendo em vista que a historiografia brasileira ainda carece de trabalhos que ultrapassem a romantização e a abordagem a partir de uma perspectiva enviesada. Em primeiro lugar, por que a história da Maçonaria no Brasil começou a ser construída por indivíduos que estavam inseridos dentro da ordem, e que possuíam interesse de escrever sob a instituição, o que em certa medida criou as bases da Maçonaria enquanto objeto de pesquisa, mas que possui suas limitações no quesito imparcialidade. E em segundo, pois mesmo nas últimas décadas, onde a abordagem de pensar a Maçonaria enquanto agente e figura na esfera pública se popularizou, as dificuldades ainda persistem, uma vez que “[...] os registros maçônicos só estão à disposição dos maçons” (Vieira, 1980, p.41), o que implica em déficit documental referente a instituição. Estas questões expressam bem que o estudo da Maçonaria ainda possui um longo caminho para ser percorrido, no qual os periódicos produzidos pela imprensa maçônica podem ser um grande aliado.

Silva e Oliveira (2017) em seu trabalho, apresentam um quadro significativo de questões e abordagens que se fazem possibilidade de pesquisa tendo a Maçonaria como objeto de estudo. Entre suas sugestões, destacam-se aquelas referentes às fontes, que nos chamou a atenção devido a maioria serem periódicos. As fontes apresentadas se demonstram categóricas e ricas em conteúdo, pelo fato de serem produzidas e estarem situadas em diferentes momentos e contextos históricos, o que possibilita a reflexão e abordagem da atuação maçônica dentro destes momentos e contextos, posicionando-se seja nos conflitos políticos ou ideológicos. Uma vez que compreendemos aqui “[...] o jornal como um produto social, sofrendo influências tanto do contexto, quanto das múltiplas determinações de caráter ideológico, que orientam o periódico para objetivos específicos e para um público leitor selecionado” (Tavares, 2006, p.

11). Observa-se que esta dimensão reflete a relevância que os jornais e demais periódicos possuem enquanto fontes para o estudo histórico, mas que ao pensar no estudo da Maçonaria, em razão das limitações documentais que cercam o estudo da ordem, e principalmente das possibilidades de observar a “ordem secreta” enquanto agente na esfera pública, seja na atuação direta por meio de suas ações filantrópicas e políticas, ou indireta, a partir da circulação de ideias e problematização de questões regionais e nacionais (Barros, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notar nos momentos de circulação da imprensa maçônica e seus periódicos aqui analisados, além de uma postura clara na defesa dos interesses da organização, uma preocupação com assuntos que se associam diretamente com o momento histórico vivenciado no Brasil. As discussões apresentadas pelo *Arquivo Maçônico*, por exemplo, demonstravam intensa preocupação com questões como: a vigilância em relação a efetivação do Estado laico recém estabelecido com a república, característica considerada fundamental para uma verdadeira experiência democrática no país. Além disso, também se atentaram a o próprio estabelecimento e funcionamento da organização política do regime republicano, com tom de denúncia e protesto os artigos buscavam contestar práticas e eventos que se mostravam distantes da idealização de uma verdadeira república democrática. Preocupações como estas não se limitavam exclusivamente ao segmento maçom, pois incluíam todo o cenário intelectual e político das primeiras décadas do século XX, que se faziam vigilantes em ver o desdobramento do novo regime.

O mesmo se aplica para o *Archote* e *O Mensageiro* na década de 30, ambos além de expressarem o esforço dos representantes da Maçonaria em desconstruir as concepções negativas que eram constantemente vinculadas a instituição, também se engajaram no sentido de se colocar diante das questões que cercavam o cenário pernambucano e nacional da época. A continuidade da questão do Estado laico presente no *Archote*, que marcou as discussões do *Arquivo Maçônico* na primeira década do século revela também uma continuidade na atuação da Maçonaria, o que coloca em contestação algumas das concepções que afirmam o desaparecimento da atividade maçônica com a chegada do regime republicano. O *Mensageiro* por sua vez, ao se constituir enquanto espaço da disputa entre os maçons e o movimento integralista na defesa contra o caráter autoritário do integralismo, em certa medida também se articula com outros setores da sociedade brasileira que naquele momento se preocupavam com a segurança da república. Diante do exposto, é possível observar como a imprensa adotada pela Maçonaria para a difusão e defesa de seus ideais constituiu-se enquanto um dos meios significativos de atuação da experiência dos membros da ordem durante as décadas iniciais do século XX.

REFERÊNCIAS

Artigo em periódico:

BARROS, J. D. A. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. Revista Portuguesa de História – [s.l.], v. 52, p. 397-419, 2021. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/8691>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SILVA, Augusto César Acioly paz. Maçonaria e Imprensa na década de 1930 em Pernambuco: o caso dos jornais O Archote e o Mensageiro. Paralellus, Recife, v. 9, n. 21, p. 479-498, mai./ago. 2018. Disponível em:

<https://scholar.archive.org/work/6blzxyib2ranbcwowwlyxquqi/access/wayback/http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/download/1168/pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SILVA, Giselda Brito; OLIVEIRA, Carmem Lopes de. A Maçonaria em Pernambuco: questões, abordagens, fontes e as novas condições de escrita da sua história. Paralellus, Recife, v. 8, n. 18, p. 291-305, mai/ago. 2017. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/cwbux2j76nbxdlewt3eb2mukyq/access/wayback/http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/download/976/pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

Livros:

BARATA, Alexandre Mansur. Luzes e Sombras: A ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BARROS, José de Assunção. O jornal como fonte histórica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

NASCIMENTO, Luiz. História da Imprensa em Pernambuco (1821-1954). Periódicos do Recife. Recife universitária, 1975.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. “Pedreiros do Mal”: Maçonaria, imprensa e relacionamentos conflituosos entre Maçonaria e Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912). Maceió, AL: Editora Olyver, 2022.

VIEIRA, David Gueiros. O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil. 2.ed. Brasília: Editora da UNB, 1980.

Capítulos de livro:

GONÇALVES, Thiago Werneck. A imprensa Maçônica da Corte imperial brasileira na década de 1870: alguns apontamentos. In: SILVA, Michael. Maçonaria no Brasil: história, política e sociabilidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

Teses e dissertações:

TAVARES, Marcelo dos Reis. Entre a Cruz e o Esquadro: O debate entre a igreja católica e a Maçonaria na imprensa Francana (1882-1901). Dissertação (Mestrado em História). Franca: UEP, 2006.

Jornais e revistas, órgãos e instituições:

ARÃO, MANOEL. Notas a Margem. Archivo Maçônico, Recife, nº 27, novembro. 1908, pp. 5-7.

FERRER. Democracia e republica. Archivo Maçônico, Recife, nº 59, julho. 1911, pp. 29-32.

T.A.. A confissão. Archote. Recife, nº 4, agosto. 1934, p. 3.

ARCHOTE. Comentários oportunos. Archote. Recife, nº 4, agosto. 1934, p. 4.

VIGILANTE. Para Pensar, O Mensageiro, 15 de maio de 1937, p. 1.

VIGILANTE. Teimosa, O Mensageiro, 15 de maio de 1937, p. 4.